



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 96096 de 19/03/2013
Edição Eletrônica nº 19537



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

Relatório da Administração - 2012

O ano de 2012 foi marcado por desafios operacionais importantes que impactaram diretamente o resultado do ano: i) consolidação operacional das aquisições realizadas em 2011 se mostrou mais complexa e demorada do que imaginávamos, reduzindo a velocidade da expansão de vendas e o valor das sinergias que esperávamos capturar no ano; ii) rupturas no fornecimento de luvas e dinâmica de mercado desfavorável impactaram diretamente nosso desempenho nessa categoria, ainda muito relevante para nosso negócio; e iii) aumento da complexidade, decorrente da expansão do nosso portfólio de produtos e especialização de cada unidade de negócio, trouxe impactos relevantes para nossa capacidade de atendimento ao mercado, com redução do nível de serviço e aumento das rupturas e estoques.

Por outro lado, algumas iniciativas estratégicas avançaram favoravelmente no sentido de consolidar nossas operações e estabelecer as bases para crescimento futuro: i) crescemos organicamente nosso portfólio de produtos através de inovações e lançamos em 2012 mais de 30 novos produtos entre os segmentos hospitalar e consumo; ii) exercemos em julho de 2012 a opção de compra da Embramed, importante movimento no sentido de aumentar a nossa competitividade através do aumento do nosso portfólio de produtos na plataforma de plásticos para segmento hospitalar, complementando o movimento de aquisição da P.Simon em 2011; e iii) realizamos importantes investimentos, especialmente na modernização e consolidação da nossa malha logística: consolidamos a mudança do CD de São Paulo para Jundiaí, começamos a operação do nosso hub logístico no novo CD de Indaial, SC, e encerramos as operações dos CDs de Manaus, Belém e Goiânia, além da mudança para um novo CD em Recife.

Em 2012, avançamos também na iniciativa de melhorar o nosso retorno sobre o capital investido com a assinatura do MoU e CVC com o CSHG Logística, no valor de R\$ 77 milhões em uma operação de "Sale Lease-Back" do terreno onde está localizada nossa fábrica têxtil em Blumenau, e também com a venda de alguns ativos não operacionais, totalizando cerca de R\$ 14 milhões. Esperamos que essas iniciativas contribuam de forma significativa para a redução da alavancagem financeira da Companhia em 2013.

Ao final do 4T12, fizemos um ajuste de estrutura da Companhia para adequá-la à realidade atual e capturar sinergias com as aquisições recentes, culminando em uma redução de aproximadamente 12% no quadro de funcionários da Companhia e uma despesa de reestruturação de R\$ 4,7 milhões.

Para 2013, com nossa estrutura muito mais adequada ao patamar atual de vendas, iremos focar na rentabilização do negócio e redução da complexidade. Como principais pontos para 2013 temos: i) consolidação da cadeia de valor, reduzindo ruptura, melhorando a eficiência, disponibilidade de produtos, giro dos estoques e o nível de serviço; ii) redução da complexidade operacional, diminuindo o número de produtos e cortando os produtos com margens menos rentáveis; iii) gestão da força de vendas, com treinamento e capacitação e melhoria de processos; iv) desalavancagem financeira da Companhia; e v) continuação da consolidação da nossa plataforma de plásticos no segmento hospitalar.

Resultados Consolidados

No ano de 2012 registramos receita líquida de R\$ 530,9 milhões sem o efeito da venda de ativos imobilizados, 16,0% maior se comparada à de 2011, puxada principalmente pelos segmentos de produtos para a saúde.

Receita Líquida

Segmento Hospitalar

No segmento **Hospitalar**, obtivemos uma receita de R\$ 302,3 milhões em 2012, um crescimento de 11,8% *versus* 2011.

No ano, o segmento obteve um crescimento de 11,8%, com um crescimento muito próximo do setor privado e público. Observamos uma sazonalidade negativa nas vendas para o setor público em períodos eleitorais, como foi o caso no 4T12. Essa sazonalidade também afeta o setor privado indiretamente, dado que parte das vendas para distribuidores privados acabam atendendo hospitais públicos.

Também destacamos:

- (i) **A plataforma de produtos com base têxtil**, que representou 40,4% do segmento no ano, apresentou um crescimento de 4,3% em 2012 comparado com 2011.
- (ii) **A plataforma de produtos plásticos**, que engloba principalmente os produtos das linhas P.Simon, Embramed e agulhas e seringas, obteve um crescimento de 53,4% *versus* 2011. A receita líquida com as linhas de produtos P.Simon e Embramed totalizou R\$ 80,8 milhões no ano.
- (iii) **A plataforma de produtos com base látex** teve um ano desafiador tanto em termos de volume de vendas quanto nos preços de mercado. Fechamos com uma queda de 5,9% *versus* 2011. Essa queda ocorreu em consequência de rupturas importantes no fornecimento de produtos, na disponibilidade do produto para a venda, e no aumento do ambiente competitivo. A plataforma representou 24,2% das vendas do segmento no ano de 2012.

Segmento Consumo

No segmento **Consumo**, o segmento representou 23,5% da receita total em 2012 e cresceu 27,5% *versus* 2011. Destacamos ainda:

- (i) **A linha de produtos Topz** que engloba produtos pertencentes às plataformas têxtil, adesivos e higiene, foi incorporada no 4T11. Em 2012, obtivemos uma receita líquida de R\$ 35,1 milhões nessa linha de produtos.
- (ii) **A plataforma de produtos com base têxtil**, que representa aproximadamente 60% da receita líquida do segmento, obteve uma receita de R\$ 74,4 milhões em 2012 e um crescimento de 31,8% *versus* 2011, puxados principalmente pelos produtos das famílias algodão e hastes flexíveis.
- (iii) **A plataforma de produtos adesivos**, que representa aproximadamente 25% da receita líquida, obteve uma receita líquida de R\$ 29,6 milhões em 2012 e um crescimento de 14,2% *versus* 2011.
- (iv) **A plataforma de produtos com base látex** teve um desempenho no segmento consumo similar ao que observamos no segmento hospitalar, com problemas de suprimento e pressões nas margens. Obtivemos em 2012 uma receita líquida de R\$ 7,9 milhões, com queda de 25,6% *versus* 2011.

Segmento Odonto

O segmento **Odonto** obteve receitas líquidas de impostos de R\$ 10,5 milhões no 4T12 e R\$ 40,4 milhões em 2012, um crescimento de 32,2% *versus* 2011. O ano foi marcado pela separação das estruturas operacionais, implantação da nova estratégia de crescimento e rentabilização do segmento e, apesar de estarmos em processo de maturação de muitas das nossas iniciativas, já pudemos observar resultados positivos e animadores.

Além disso, destacamos:

- (i) **A plataforma de outros odontológicos**, que cresceu 42,4% em 2012 e passou a representar 52,0% da receita líquida do segmento.
- (ii) **A plataforma de produtos com base látex**, que representou cerca de 27,0% do segmento no ano, atingiu uma receita líquida de R\$ 10,8 milhões no ano, crescimento de 13,6% *versus* 2011.
- (iii) **A plataforma de produtos com base têxtil e adesivos** representou 14,3% do segmento no ano, atingiu uma receita líquida de R\$ 5,8 milhões em 2012, um crescimento de 6,9% *versus* 2011.

Demais Segmentos Saúde

Os **Demais Segmentos para a Saúde**, que até o final de 2011 eram representados principalmente por nossas exportações, passaram a refletir o aumento das receitas de produtos para a saúde oriundas da nossa fábrica de plásticos, que antes era dedicada para produtos industriais. A estratégia tem sido migrar progressivamente a capacidade de nossas fábricas para produtos para a saúde, em detrimento de produtos com foco em clientes industriais. Tivemos receita de R\$ 3,4 milhões no ano, sendo responsável por 28% da receita do segmento. Contudo essa é uma receita que vem diminuindo, já que grande parte dela originava-se de vendas para a Embramed, que adquirimos durante o 3T12, e que passou a ser uma receita *intercompany*.

Segmentos Industriais

Nos **Segmentos Industriais**, que incluem as receitas de adesivos e plásticos industriais, fechamos 2012 com uma receita líquida de R\$ 51,2 milhões, uma queda de 0,3% comparada ao ano de 2011, impactada principalmente pelo desaquecimento industrial no país.

Lucro Bruto e Margens Brutas

No ano tivemos um crescimento de 17,8%, atingindo R\$ 177,6 milhões com uma Margem Bruta de 33,5%, 0,5 p.p. acima de 2011, onde destacamos:

- (i) No final do ano concedemos férias coletivas em nossas fábricas, o que nos fez operar em níveis abaixo do ideal, acarretando numa baixa diluição dos custos fixos das fábricas.
- (ii) A margem bruta de luvas caiu 0,8 p.p. se comparado ao ano de 2011, afetando todos os segmentos da saúde.
- (iii) Continuamos observando queda de margem no segmento industrial em função de aumentos expressivos nos custos das matérias-primas onde não temos conseguido o repasse integral aos nossos clientes.
- (iv) A partir de Setembro/12 tivemos o impacto do dissídio anual em nossa folha salarial de 7,0%; o custo com folha representa cerca de 15,0% do CPV total da Companhia.

Despesas Operacionais

As **despesas operacionais**, que incluem despesas com vendas, administrativas, financeiras e outras operacionais, atingiram R\$ 127,2 milhões no 4T12, 235,9% acima do 4T11. No ano, o aumento foi de 89,5% chegando a um valor total de R\$ 238 milhões. Vale ressaltar que temos despesas não recorrentes aqui incluídas na conta de "outras despesas operacionais" como o *impairment*, despesas com a reestruturação e outras relacionadas às operações imobiliárias.

Despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 101,8 milhões em 2012, 41,2% acima de 2011. Como percentual da receita líquida, as despesas com vendas atingiram 19,2% em 2012, 3,4 p.p. acima de 2011. As despesas com vendas ainda não refletiram o ajuste realizado com a reestruturação, que se completou somente no final do ano.

Destacamos ainda:

- (i) A despesa com pessoal, que inclui salários e comissões dos vendedores, cresceu 36,2% no ano, atingindo R\$ 35,5 milhões. Este incremento teve como principal causa o aumento da estrutura de vendas criada para suportar o crescimento esperado em 2012.
- (ii) Durante o ano tivemos iniciativas para alavancar a venda e a introdução de novos produtos, como a participação em congressos, feiras, convenções de vendas e materiais promocionais. Os investimentos em *marketing* e serviços de terceiros totalizaram R\$ 16,5 milhões no ano.
- (iii) A despesa com frete atingiu R\$ 30 milhões em 2012, representando cerca de 5,5% da receita líquida.

Despesas administrativas

Em 2012, totalizaram R\$ 37,5 milhões, 5,8% abaixo de 2011. Abaixo detalhamos alguns pontos para melhor entendimento:

- (i) As despesas com pessoal e remuneração da administração totalizaram R\$ 11,9 milhões no ano, um aumento de 10,6% *versus* 2011.
- (ii) Tivemos uma despesa com depreciação e amortização de R\$ 9,9 milhões em 2012.
- (iii) Tivemos uma despesa não recorrente com ITBI de R\$ 1,5 milhão devido à transferência de ativos imobilizados da Cremer S.A. para a Cremer Administradora de Bens relacionada à transação realizada com o CSHG Logística.
- (iv) Pagamos comissões pela venda de ativos não operacionais no valor de R\$ 0,4 milhão.
- (v) Tivemos uma despesa de R\$ 2,5 milhões relacionada ao programa de *stock options*.
- (vi) Tivemos despesa de R\$ 0,1 milhão com consultores e advogados que nos auxiliam nos processos de compra e integração de aquisições e parcerias.

Resultado financeiro

Tivemos uma despesa financeira líquida de R\$ 16,1 milhões no ano, *versus* uma despesa de R\$ 20,7 milhões em 2011.

Outras receitas (despesas) operacionais

Tivemos outras receitas operacionais líquidas de R\$ 82,6 milhões, *versus* uma receita de R\$ 6,9 milhões em 2011, em função de eventos não recorrentes:

- (i) *Impairment* e baixas do imobilizado, intangíveis e estoques no valor de R\$ 70,3 milhões que teve como *trigger* a assinatura do Compromisso de Venda e Compra (CVC) com o CSHG Logística.
- (ii) Despesas e impostos relacionados à venda dos ativos imobiliários de R\$ 8,6 milhões.
- (iii) Despesas que envolveram a reestruturação de R\$ 4,7 milhões.

Resultado Operacional

Tivemos um **prejuízo operacional** de R\$ 60,4 milhões em 2012, devido principalmente ao impacto gerado pelas despesas não recorrentes citadas previamente.

Lucro Líquido e Remuneração dos Acionistas

Em 2012, obtivemos um **prejuízo líquido** de R\$ 10,5 milhões.

No ano, atingimos um **lucro líquido caixa**, ajustado pelos efeitos não caixa, especificamente depreciação e amortização, assim como despesas com *stock options*, *impairment* e baixa de ativos, de R\$ 85,7 milhões, 108,5% acima de 2011.

EBITDA

No ano, registramos uma queda no EBITDA de 8,3%, devido a despesas extraordinárias, não operacionais, e não recorrentes, fizemos ajustes no EBITDA no valor de R\$ 80,9 milhões referentes à:

- (i) *Impairment* e baixas do imobilizado, intangíveis e estoques no valor de R\$ 70,3 milhões que tiveram como *trigger* a assinatura do Compromisso de Venda e Compra (CVC) com o CSHG Logística.
- (ii) Despesas e impostos relacionados à venda dos ativos imobiliários de R\$ 8,6 milhões.
- (iii) Pagamento do ITBI no valor de R\$ 1,5 milhão e comissões pela venda de ativos não operacionais no valor de R\$ 0,4 milhão.

Desempenho Operacional por Segmento

O Desempenho Operacional “DO” é o EBITDA descontado de alguns efeitos extraordinários e de caráter não operacional, como o plano de opções e provisões extraordinárias. O principal objetivo do DO é ser um **balizador interno** da organização quanto ao seu resultado operacional global e por segmento.

Em 2012, obtivemos um DO de R\$ 68,0 milhões, 3,2% abaixo do obtido em 2011, com uma margem DO (MDO) de 12,8%, 2,5 p.p. abaixo de 2011. Os segmentos de produtos para a saúde apresentaram um DO de R\$ 59,5 milhões em 2012, 1,7% abaixo de 2011.

Para fins de reconciliação com a medição de desempenho interno das unidades de negócio, o Desempenho Operacional “DO” foram realizados ajustes que afetaram negativamente o EBITDA no valor de R\$ 8,6 milhões:

- (i) R\$ 4,7 milhões de custos e despesas relacionados à reestruturação.
- (ii) Despesas com *stock options* de R\$ 2,5 milhões.
- (iii) R\$ 0,3 milhão *relacionados* às atividades de M&A.
- (iv) R\$ 1,1 milhão de outras despesas extraordinárias e não recorrentes.

Endividamento

Ao final de 2012, nosso endividamento bruto atingiu R\$ 304,0 milhões e tínhamos R\$ 136,3 milhões em caixa e aplicações financeiras, totalizando uma dívida líquida de R\$ 167,7 milhões, ou 2,79x o EBITDA dos últimos doze meses.

A dívida é composta basicamente por linhas de longo prazo, como a nossa 3ª emissão de debêntures (R\$ 207,7 milhões, com vencimentos anuais até 2016), Finep (R\$ 59,9 milhões, com vencimento em 2017) e BNDES (R\$ 21,3 milhões, com vencimento em 2017).

Investimentos

Em 2012 a companhia realizou vários investimentos no imobilizado, onde destacamos R\$ 5,0 milhões em modernização das fábricas, R\$ 4,2 milhões em logística e modernização dos centros de distribuição e R\$ 1,4 milhão em TI.

Ciclos Financeiros e Operacionais

Fechamos o ano com um ciclo de caixa de 65,0 dias, 6,5 dias melhor que 2011.

Tivemos um prazo médio de estoque de 76,2 dias, uma melhora de 9,4 dias com relação a 2011, contudo ainda acima do nosso estoque ideal. A redução já é um primeiro resultado das otimizações dos nossos centros de distribuição, avanço no processo de planejamento da produção, previsões de demanda das linhas de produtos recém-adquiridas e das férias coletivas das fábricas no final de 2012.

Com relação ao nosso prazo médio de recebimento, obtivemos um prazo médio de 42,0 dias. Continuamos utilizando cessões de crédito para equacionar o consumo de capital de giro. Seguimos com esforços de aumento nos prazos médios de pagamentos. Fechamos 2012 com um prazo de 53,2 dias, conseguimos melhorar em 19,8 dias *versus* 2011 resultado da nossa nova política de pagamentos e esforços concentrados para alongamento dos prazos de pagamento no final do ano.

Instrução CVM 381/03

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., em adição aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, prestou serviços à Companhia referente a consultorias no montante de R\$ 401 mil no período de janeiro a dezembro de 2012. A Administração da Companhia e nossos Auditores entendem que tais serviços não implicam perda de independência e não afetam a objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria externa, tendo em vista que: (i) são realizados por equipes independentes, (ii) referem-se, basicamente à trabalhos de *due-diligence* e de revisão quanto à aderência dos procedimentos adotados pela Companhia em relação à legislação fiscal, sendo que a decisão de implementação das recomendações apresentadas cabe inteiramente à Cremer S.A. e (iii) não resultam em assunção por parte dos consultores das funções ou prerrogativas da gerência da Companhia, bem como em orientações de natureza contábil.

Esses montantes equivalem a 207% dos honorários do serviço de auditoria para o ano de 2012.

Declaração da Diretoria

Em observação às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Aderência à Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos desse regulamento.

A Administração

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes a caixa.....	5	110.303	163.051	136.303	164.074	Fornecedores	15	49.767	30.477	53.711	31.343
Contas a receber de clientes.....	6	74.137	64.553	75.741	66.209	Empréstimos e financiamentos	14	30.848	22.357	30.848	22.357
Estoques.....	7	71.414	62.161	76.933	62.597	Debêntures	14	58.451	52.767	58.451	52.767
Impostos a recuperar.....	8	15.347	19.998	16.800	20.365	Salários e encargos.....		5.115	7.420	6.555	7.705
Valor receber na venda imóveis	6	-	-	84.033	-	Provisão 13º salário e férias.....		6.649	7.164	8.719	7.415
Créditos diversos.....		20.462	24.868	11.525	17.549	Impostos e contribuições a recolher....	16	3.147	4.787	10.180	5.671
Despesas antecipadas		1.645	1.556	1.731	1.615	Juros sobre capital próprio e dividendos.....		5.156	5.915	5.156	5.915
Total do ativo circulante		293.308	336.187	403.066	332.409	Provisões diversas		7.883	2.823	8.307	2.885
NÃO CIRCULANTE						Partes Relacionadas	10	-	4.529	-	-
Impostos diferidos	11	24.225	14.352	34.766	15.411	Outras obrigações		12.069	1.363	28.796	1.363
Imóveis destinados a venda		-	-	56.854	-	Total do passivo circulante		179.085	139.602	210.723	137.421
Impostos a recuperar.....	8	1.406	2.332	1.587	2.563	NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas.....	10	176	111	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	65.373	66.588	65.373	66.588
Depósitos Judiciais.....	17	4.137	4.078	4.367	4.275	Debêntures	14	149.297	198.752	149.297	198.752
Outras contas a receber		3.540	2.973	7.791	2.973	Impostos e contribuições a recolher....	16	-	432	-	432
		33.484	23.846	105.365	25.222	Impostos diferidos	11.b	-	-	22.586	62.711
Investimentos	9	130.238	147.661	-	-	Partes relacionadas.....	10	21.167	4.648	-	-
Imobilizado	12	90.723	100.417	102.745	310.409	Provisões para contingências.....	17	7.064	6.177	37.629	10.172
Intangível.....	13	158.294	119.845	158.504	119.935	Outras obrigações		4.405	11.017	4.416	11.159
Total do ativo não circulante		412.739	391.769	366.614	455.566	Total do passivo não circulante		247.306	287.614	279.301	349.814
TOTAL DO ATIVO		706.047	727.956	769.680	787.975	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	18.a	84.517	78.086	84.517	78.086
						Reservas de capital.....		45.779	57.088	45.779	57.088
						Reservas de retenção de lucros.....		88.591	19.859	88.591	19.859
						Ajuste de avaliação patrimonial.....	18.e	60.769	145.707	60.769	145.707
						Total do patrimônio líquido.....		279.656	300.740	279.656	300.740
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		706.047	727.956	769.680	787.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital				Lucros e prejuízos acumulados		Total
		Capital social	Reserva de ágio	Plano de opções de compra de ações	Reserva de retenção de lucros	Ajuste avaliação Patrimonial	prejuízos acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.....		76.692	52.794	2.844	2.141	151.310	-	285.781
Aumento de capital com reservas		1.349	-	(1.349)	-	-	-	-
Aumento de capital com dinheiro		45	-	-	-	-	-	45
Constituição reserva de opções compra de ações		-	-	2.799	-	-	-	2.799
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	18.639	18.639
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(5.603)	5.603	-
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:								
Dividendos		-	-	-	(372)	-	-	(372)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(6.152)	-	-	(6.152)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	24.242	-	(24.242)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		78.086	52.794	4.294	19.859	145.707	-	300.740
Aumento de capital com reservas	18.a	3.160	-	(3.160)	-	-	-	-
Aumento de capital com dinheiro	18.a	3.271	-	-	-	-	-	3.271
Constituição reserva de opções compra de ações		-	-	2.500	-	-	-	2.500
Baixa reserva de ágio	18.d	-	(10.649)	-	-	-	-	(10.649)
Prejuízo Líquido do exercício		-	-	-	-	-	(10.476)	(10.476)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	18.e	-	-	-	-	(84.938)	84.938	-
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:								
Juros sobre capital próprio	18.b	-	-	-	(5.730)	-	-	(5.730)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	74.462	-	(74.462)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		84.517	42.145	3.634	88.591	60.769	-	279.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro Líquido Consolidado do Período	(10.476)	18.639	(10.476)	18.639
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	-	-
Resultado Abrangente Consolidado do Período	(10.476)	18.639	(10.476)	18.639
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(10.476)	18.639	(10.476)	18.639
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita Operacional Líquida	25	521.101	439.859	618.026	457.761
Custo dos Produtos Vendidos	26	(355.334)	(298.589)	(443.455)	(307.000)
Lucro Bruto		165.767	141.270	174.571	150.761
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas.....	26	(102.439)	(70.089)	(101.772)	(72.100)
Gerais e administrativas	26	(33.358)	(35.700)	(37.476)	(39.780)
Outras receitas (despesas)					
operacionais, líquidas	27	(19.106)	5.970	(79.562)	6.943
Resultado de equivalência patrimonial	9	(3.206)	3.956	-	-
		(158.109)	(95.863)	(218.810)	(104.937)
Resultado antes das receitas					
e despesas financeiras		7.658	45.407	(44.239)	45.824
Resultado financeiro líquido	20	(22.521)	(21.158)	(16.138)	(20.697)
Resultado antes dos impostos		(14.863)	24.249	(60.377)	25.127
Imposto de renda e contrib. social					
correntes.....	11.c	(1)	(3.761)	(4.094)	(5.992)
Imposto de renda e contrib. social					
diferidos	11.c	4.388	(1.849)	53.995	(496)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(10.476)	18.639	(10.476)	18.639
Lucro (prejuízo) líquido do exercício					
por ação básico (R\$)	28	(0,3207)	0,5801		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício					
por ação diluído (R\$).....	28	(0,3122)	0,5323		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DVA - DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS					
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas		673.817	568.023	778.341	589.898
Vendas de mercadorias, produtos					
e serviços.....		674.846	568.065	778.844	589.940
Outras receitas		299	304	300	308
Provisão para créditos de liquidação					
duvidosa		(1.328)	(346)	(803)	(350)
Insumos adquiridos de terceiros		(516.548)	(405.579)	(673.566)	(414.650)
Custos dos produtos, das mercadorias					
e dos serviços vendidos		(363.998)	(327.920)	(445.820)	(331.462)
Materiais, energia, serviços					
de terceiros e outros.....		(152.542)	(77.609)	(225.635)	(83.370)
Perda de valores ativos		(8)	(50)	(2.111)	182
Valor Adicionado Bruto		157.269	162.444	104.775	175.248
Depreciação e amortização.....		(22.934)	(16.393)	(26.332)	(20.380)
Valor adicionado líquido pela Companhia					
Valor adicionado recebido					
em transferência		10.063	18.148	16.035	14.861
Resultado de equivalência patrimonial	9	(3.206)	3.956	-	-
Receitas financeiras	20	13.269	14.192	16.035	14.861
Valor adicionado total a distribuir		144.398	164.199	94.478	169.729
Distribuição do valor adicionado		144.398	164.199	94.478	169.729
Pessoal.....		78.464	66.698	79.664	70.405
Remuneração direta		63.759	54.337	64.398	57.559
Benefícios.....		9.938	8.388	10.295	8.707
F.G.T.S.....		4.767	3.973	4.971	4.139
Impostos, taxas e contribuições		27.240	36.217	(22.225)	37.784
Federais.....		11.129	23.719	(38.396)	25.238
Estaduais.....		15.797	12.256	15.845	12.297
Municipais.....		314	242	326	249
Remuneração de capitais de terceiros..		43.440	42.645	41.785	42.901
Juros.....		35.750	37.493	40.394	37.696
Aluguéis.....		7.690	5.152	1.391	5.205
Remuneração de capitais próprios.....		(4.746)	18.639	(4.746)	18.639
Juros sobre o capital próprio	18.b	5.730	6.152	5.730	6.152
Dividendos.....	18.b	-	372	-	372
Lucros retidos		(10.476)	12.115	(10.476)	12.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício					
antes IRPJ e CSLL.....		(14.863)	24.249	(60.377)	25.127
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo)					
líquido do exercício com o caixa					
gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		22.934	16.393	26.332	20.380
Custo das vendas/baixas					
de investimentos, imobilizado					
e intangível		12.470	246	34.133	422
Provisão para créditos					
de liquidação duvidosa.....		1.341	346	312	350
Resultado da equivalência					
patrimonial	9	21.738	(3.962)	-	-
Provisão para passivo a descoberto...	9	(18.532)	6	-	-
Reversão/provisões para					
contingências		4.033	820	30.634	722
Constituição de outras provisões		(591)	748	(652)	745
Despesas com planos de outorga					
de opções de compra de ações	23	2.499	2.799	2.499	2.799
Encargos financeiros e variações					
monetárias.....		832	18.157	1.001	18.202
(Aumento) redução nas contas					
do ativo:					
Contas a receber de clientes		(10.925)	(5.770)	(9.844)	(6.270)
Estoques.....		(9.253)	(25.709)	(14.336)	(25.690)
Créditos diversos		9.894	(24.407)	10.652	(24.480)
Ativos não circulantes.....		(624)	(2.153)	(930)	(2.158)
Aumento (redução) nas contas					
do passivo:					
Fornecedores		19.608	16.222	22.686	16.087
Obrigações fiscais.....		(2.645)	(2.995)	3.504	(2.926)
Obrigações trabalhistas		(846)	3.014	2.190	3.153
Outras contas a pagar		3.699	364	20.294	226
Caixa gerado nas operações.....		40.769	18.368	68.098	26.689
Imposto de renda e contribuição					
social pagos		(1)	(3.924)	(4.094)	(5.410)
Caixa líquido gerado pelas atividades					
operacionais.....		40.768	14.444	64.004	21.279
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de Capital		3.271	44	3.271	44
Debêntures.....		(40.000)	157.822	(40.000)	157.822
Novos empréstimos.....		43.262	88.788	43.262	88.978
Pagamentos de empréstimos.....		(39.501)	(30.082)	(39.501)	(30.272)
Pagamento de dividendos e juros					
sobre capital próprio		(5.915)	(2.024)	(5.915)	(2.024)
Pagamento (recebimento) de empresas					
ligadas.....		(6.020)	8.523	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades					
de financiamento.....		(44.903)	223.071	(38.883)	214.548
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado		(9.071)	(27.011)	(16.328)	(28.979)
Aquisição de investimentos.....		(3.035)	(7.872)	-	-
Aquisição de intangível.....		(36.507)	(79.851)	(36.564)	(89.102)
Caixa líquido aplicado nas atividades					
de investimento		(48.613)	(114.734)	(52.892)	(118.081)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES		(52.748)	122.781	(27.771)	117.746
Caixa e Equivalentes de Caixa					
no início do exercício	5	163.051	40.270	164.074	46.328
Caixa e Equivalentes de Caixa					
no final do exercício	5	110.303	163.051	136.303	164.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cremer S.A. (“Cremer” ou “Companhia”) é uma Companhia aberta com sede na rua Iguazu, 291, Blumenau - SC, Brasil, sendo fornecedora de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene. O Grupo Cremer, conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo (de produtos plásticos), em Minas Gerais (de produtos plásticos) e seis Centros de Distribuição em diferentes estados do Brasil.

A Companhia tem suas ações negociadas na BMF&Bovespa sob o código “CREM3” e está listada, desde abril de 2007, no segmento “novo mercado.”

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como a demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, exceto para as Demonstrações Financeiras individuais que apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações individuais da controladora pelo custo ou valor justo. As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: provisão para devedores duvidosos, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do ativo intangível; a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros e as estimativas de cálculo a valor presente do contas a receber e a pagar. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As controladas possuem exercícios sociais coincidentes e práticas contábeis uniformes com os da controladora sendo consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

A legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração de valor adicionado - DVA em suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS, tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

O encerramento das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi aprovado pela Diretoria em 08 de março de 2013, e posteriormente aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2013.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as Demonstrações Financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP). Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre a controladora e controladas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis,

que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber”.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são registrados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

3.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na nota explicativa 6.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu o registro do ajuste a valor presente.

3.8 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando considerados necessários pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 7.

3.9 Investimento em controladas

O investimento da Companhia em controladas é registrado, para efeito de Demonstrações Financeiras da Controladora, com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

3.10 Bens destinados à venda

Os ativos não circulantes, classificados como mantidos para venda, são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Esses ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

3.11 Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa 12. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas

do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O CPC 16 exige que as peças de reposição, a serem utilizadas nos reparos das máquinas e equipamentos, sejam classificadas dentro do grupo do imobilizado. A Companhia mantém em estoque somente as peças de reposição de valores pequenos e que são registradas no resultado no momento de sua utilização porque não alteram a vida útil ou capacidade do equipamento. As peças de manutenção que atendem os critérios para contabilização como ativo imobilizado, são geralmente adquiridas e registradas quando da sua efetiva utilização.

b) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.12 Impairment de ativos não financeiros

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Durante o exercício de 2012, a Administração da Companhia identificou perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangível.

3.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação “legal” ou “não formalizada”, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa 17.

3.14 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os passivos financeiros classificados como a valor justo por meio do resultado, referem-se a outras contas a pagar e instrumentos financeiros.

b) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o

período de vigência das debêntures, conforme descrito na nota explicativa 14.

d) Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.15 Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportado por estudo de geração futura de resultados tributáveis, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de janeiro de 2013.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 11.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.16 Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
 - quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
 - o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 25%;
 - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 22%;
 - Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 2,2%;
 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 10,3%;
 - Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.17 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. Afim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Benefícios com base em ações

A Companhia outorgou opções de compra de ações a certos membros de sua Administração e certos membros do nível gerencial, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Em atendimento à Deliberação CVM 562/08, que aprova o pronunciamento técnico CPC 10, essas opções são valorizadas com base na data da outorga pelo seu valor justo, utilizando o método de cálculo de “*Black & Scholes*”, e reconhecidas como despesas em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido, denominada “Plano de Opção de Compra de Ações”, à medida que os prazos dos períodos de exercícios das opções sejam cumpridos, conforme demonstrado na nota explicativa 23.

Participação nos lucros e resultados

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

3.18 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados ao seu valor justo na data em que os contratos são celebrados e subsequentemente na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

3.19 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

3.20 Partes relacionadas (ativas e passivas)

As transações de compras e vendas de produtos e serviços são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados conforme descritas na nota explicativa 10.

3.21 Conversão de Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

3.22 Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico e diluído por ações, sendo que para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação, é considerado o número médio ponderado de ações

continua

ordinárias em circulação no período. Para fins de cálculo diluído, também são consideradas a média ponderada do potencial incremento de ações ordinárias se as opções de compra de ações fossem convertidas no período, conforme CPC 41.

3.23 Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas são compostas pelas Demonstrações Financeiras da Cremer S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	% participação			
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
		31/12/2012		31/12/2011	
Plásticos Cremer S.A.	Brasil	100,00%	-	100,00%	-
Transp. Hasse Ltda	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cremer Administradora de Bens Ltda	Brasil	95,27%	4,73%	94,97%	5,03%
Dental Cremer Prod. Odont. S.A.	Brasil	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%

Razão social	País sede	% participação			
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
		31/12/2012		31/12/2011	
Embramed Ind. e Com. de Prod. Hospitais Ltda.	Brasil	100,00%	-	-	-
Paraisoplex Ind. e Com. Ltda	Brasil	100,00%	-	-	-
Ktorres Beneficiamento de Plásticos Ltda.	Brasil	100,00%	-	-	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 - a. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 - b. Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
 - c. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

3.24 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.25 Pronunciamentos contábeis revisados em 2011

Em 2012 o CPC emitiu um conjunto de emendas e revisões de suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. A adoção dessas revisões não trouxe alterações às políticas contábeis da Companhia e não impactou seu desempenho ou a situação financeira.

3.26 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

O IASB revisou diversos pronunciamentos contábeis que ainda não haviam entrado em

vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. No Brasil, esses pronunciamentos somente serão requeridos após a aprovação do CPC. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor, entretanto a Companhia antecipou sua análise e não identificou nenhum pronunciamento que impacta significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras:

Norma	Em vigor pelo IASB
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras	1º de julho de 2012
IAS 16 Imobilizado.....	1º de janeiro de 2013
IAS 19 Benefícios aos Empregados.....	1º de janeiro de 2013
IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e <i>Joint Ventures</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação	1º de janeiro de 2014
IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias	1º de janeiro de 2013
IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS	1º de janeiro de 2013
IFRS 7 Instrumentos Financeiros (Divulgação).....	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Classificação e Mensuração).....	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 Mensuração de Valor Justo.....	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção....	1º de janeiro de 2013

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Anualmente a Companhia testa eventuais reduções ao valor recuperável dos ativos, especificamente relacionadas ao intangível e ao ativo permanente, de acordo com práticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.10 e 3.11.

Plano de opção de compra de ações (stock options)

A Companhia oferece aos seus empregados e executivos plano de opção de compra de ações. O valor justo dessas opções é reconhecido como despesa no período em que o direito é adquirido. A Administração revisa a quantidade estimada de opções que atingirão as condições de vesting e reconhece subsequentemente o impacto da alteração nas estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido, conforme apresentado nas notas explicativas 3.17 e 23.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A cada exercício, a Administração calcula a estimativa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a legislação fiscal vigente. A Companhia revisa o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos nas datas dos balanços e reduz esse valor quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado, conforme apresentado nas notas explicativas 3.15 e 11.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e equipamentos de informática para utilização de suas operações. A Companhia determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens. Desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Aquisições de Investimentos
a) **Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda. Paraisoplex Ind. e Com. Ltda e Ktorres Beneficiamento de Plásticos Ltda.**

Em 11 de julho de 2012 a Companhia adquiriu 100% das quotas das empresas Embramed Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., da Paraisoplex Indústria e Comércio Ltda. e da Ktorres Beneficiamento de Plásticos Ltda., que atuam na fabricação de produtos médico hospitalares, incluindo equipos, sondas, pulseiras, frascos, coletores, entre outros, e com quem a Companhia mantinha um relacionamento comercial de longa data. Abaixo demonstramos a alocação inicial dessa aquisição:

<u>11/07/2012</u>		<u>11/07/2012</u>	
Ativos circulantes.....	14.376	Passivos circulantes.....	29.296
Ativos não circulantes.....	1.968	Passivos não circulantes.....	26.488
		Patrimônio líquido.....	(39.440)
Total de ativos.....	<u>16.344</u>	Total de passivos.....	<u>16.344</u>

Determinação do Ágio

Preço de Compra	28.310
Patrimônio Líquido.....	<u>(39.440)</u>
Ágio	<u>67.750</u>

a.2) Aquisição Paraisoplex Ind. e Com. Ltda.

<u>11/07/12</u>		<u>11/07/12</u>	
Ativos circulantes.....	3.939	Passivos circulantes.....	4.150
Ativos não circulantes.....	3.245	Patrimônio líquido.....	3.034
Total de ativos.....	<u>7.184</u>	Total de passivos.....	<u>7.184</u>

Determinação do Ágio

Preço de Compra	4.045
Patrimônio Líquido.....	<u>3.034</u>
Ágio	<u>1.011</u>

a.3) Aquisição Ktorres Beneficiamento de Plásticos Ltda.

<u>11/07/12</u>		<u>11/07/12</u>	
Ativos circulantes.....	8	Passivos circulantes.....	49
		Patrimônio líquido.....	(41)
Total de ativos.....	<u>8</u>	Total de passivos.....	<u>8</u>

Determinação do Ágio

Preço de Compra	1
Patrimônio Líquido.....	<u>(41)</u>
Ágio	<u>42</u>

10. PARTES RELACIONADAS

	<u>Cientes</u>		<u>Mútuo ativo</u>		<u>Dividendos a Receber</u>		<u>Adiantamento</u>		<u>Mútuo passivo</u>		<u>Fornecedores</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Empresas:												
Plásticos Cremer S. A.....	12	12	-	-	-	4.374	-	-	-	(4.529)	(386)	(186)
Cremer Administradora de Bens Ltda	-	-	-	-	-	3.277	-	-	-	(4.422)	-	-
Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.....	-	-	-	-	-	-	9.747	-	-	-	-	-
Transp. Hasse Com. Repr. Ltda	-	-	117	111	-	-	-	-	-	-	-	-
Dental Cremer S. A.....	-	-	59	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>176</u>	<u>111</u>	-	<u>7.651</u>	<u>9.747</u>	-	-	<u>(8.951)</u>	<u>(386)</u>	<u>(186)</u>
Circulante	12	12	-	-	-	7.651	9.747	-	-	(4.529)	(386)	(186)
Não circulante.....	-	-	176	111	-	-	-	-	-	(4.422)	-	-

	<u>Receitas</u>		<u>Despesas/Custo</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Empresas:				
Plásticos Cremer S. A.	169	227	(3.796)	(1.975)
Cremer Administradora de Bens Ltda	-	-	(7.119)	(5.956)
Embramed Ind. e Com. de Prod. Hospitalares Ltda.....	-	-	(4.301)	-
Total	<u>169</u>	<u>227</u>	<u>(15.216)</u>	<u>(7.931)</u>

10.1 Operações comerciais

As transações de compra e venda de insumos e produtos e de aluguel de imóveis, são efetuadas nas mesmas condições com terceiros não relacionados.

10.2 Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia possui controlador, sendo que no decorrer do exercício de 2012, não efetuou nenhuma transação com seus acionistas e diretores.

Certos diretores executivos e membros do Conselho de Administração da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 1,98% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2012 (1,3% em 31 de dezembro de 2011).

10.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração - Consolidado

As despesas com honorários da Administração, incluindo encargos e remuneração variável totalizaram R\$ 2.809 durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.011 no mesmo período de 2011). O limite aprovado pela assembleia de acionistas para remuneração de administradores no exercício social de 2012 é de R\$ 7.000.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

O Ágio no montante total de R\$ 68.803 foi inicialmente mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. A contraprestação transferida está sendo realizada utilizando recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa de acordo com o contrato de compra e venda. As demonstrações financeiras dessa controlada foram consolidadas a partir de 11 de julho de 2012. A combinação dos negócios das empresas adquiridas está sendo demonstrada pelo seu valor provisório. A Companhia pretende finalizar o seu período de mensuração até 30 de junho de 2013. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá reconhecer ativos ou passivos adicionais, se uma nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data.

b) P. Simon S.A.

Em 08 de abril de 2011, a Companhia concluiu a operação de aquisição da P.Simon S.A., estando em linha com a estratégia da Companhia em aumentar sua competitividade empresarial.

Os termos e condições previamente estabelecidos na aquisição foram mantidos conforme Fato Relevante divulgado em 23 de fevereiro de 2011 e a aquisição foi de 100% do capital social da Empresa, que atua na fabricação e comercialização de produtos médico-hospitalares incluindo coletores, frascos, drenos, extensores e irrigadores, entre outros.

A Companhia efetuou o pagamento à vista no montante de R\$ 15.223 na data de fechamento da aquisição, e assumiu o compromisso de pagar duas parcelas adicionais anuais no montante de R\$ 5.000 cada. Em 22 de agosto de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o Protocolo e Justificação de Incorporação da P.Simon S.A., sendo a data da efetivação da referida incorporação estabelecida em 31 de agosto de 2011. Tal incorporação foi realizada tendo por base o valor contábil dos ativos e passivos da P.Simon e, portanto, sem qualquer efeito no resultado da Companhia. Tais ativos e passivos podem ser demonstrados como segue:

Ativo		Passivo	
Disponibilidades	39	Fornecedores	1.771
Contas a receber	3.697	Salários e encargos.....	958
Estoques.....	3.774	Impostos a pagar.....	273
Impostos a recuperar.....	1.803	Outras.....	281
Outros valores	758	Provisão contingências	417
Imobilizado	974		<u>3.700</u>
Intangível.....	8		
	<u>11.053</u>		
Acervo líquido incorporado....	7.353		

Em maio de 2012, a Companhia renegociou o pagamento das duas parcelas adicionais anuais, para pagamento em maio de 2013 no montante de R\$ 7.000 sem juros e correção monetária, e a retenção de R\$ 3.000 até abril de 2016 como garantia de possíveis contingências, este valor esta sendo corrigido pelo CDI.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos ativos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes.

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias enquanto os passivos foram constituídos sobre os efeitos da contabilização do custo atribuído, da diferença temporária de depreciação calculada pelas taxas fiscais e pela nova vida útil econômica dos ativos e, referentes ao ágio (não amortizado contabilmente, conforme determinação da Lei 11.638/07).

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados conforme demonstrado abaixo, exceto das controladas Cremer Administradora de Bens Ltda., que não possui tributos diferidos ativo.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda diferido				
Sobre prejuízos fiscais.....	21.602	23.261	26.158	23.261
Sobre diferenças temporárias.....	7.693	2.081	10.971	3.106
Ativo.....	<u>29.295</u>	<u>25.342</u>	<u>37.129</u>	<u>26.367</u>
Sobre ágio	(1.203)	(4.274)	(1.203)	(4.274)
Sobre vida útil.....	(3.828)	(2.185)	(3.904)	(2.308)
Sobre custo atribuído.....	(7.192)	(8.950)	(7.199)	(9.080)
Passivo.....	<u>(12.223)</u>	<u>(15.409)</u>	<u>(12.306)</u>	<u>(15.662)</u>
Contribuição social diferida				
Sobre base negativa	8.784	9.533	10.424	9.817
Sobre diferenças temporárias.....	2.769	433	3.948	527

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo.....	11.553	9.966	14.372	10.344
Sobre ágio	(433)	(1.539)	(433)	(1.539)
Sobre vida útil.....	(1.378)	(786)	(1.405)	(830)
Sobre custo atribuído.....	(2.589)	(3.222)	(2.591)	(3.269)
Passivo.....	(4.400)	(5.547)	(4.429)	(5.638)
Total imposto de renda diferido líquido...	17.072	9.933	24.823	10.705
Total contribuição social diferida líquida..	7.153	4.419	9.943	4.706
Total.....	24.225	14.352	34.766	15.411

O registro do crédito tributário está suportado pelo plano de negócios, elaborado pela Administração da Companhia e de suas controladas, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 31 de janeiro de 2013, segundo o qual a Companhia e sua controlada apurarão lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados pela Administração suficientes para a realização de tais valores. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2019. Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

A Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
2013.....	2.920	8.684
2014.....	5.098	7.835
2015.....	6.780	8.931
2016.....	7.096	7.097
2017.....	7.422	7.422
2018.....	7.754	7.754
2019.....	3.778	3.778
Total.....	40.848	51.501

b) Impostos diferidos passivos

Os impostos diferidos passivos da controladora Cremer S. A. e suas controladas estão apresentados líquidos dos impostos diferidos ativos, conforme demonstrado no tópico "a" acima. A exceção deve-se a controlada direta Cremer Administradora de Bens Ltda., que não possui imposto diferido ativo em seu balanço individual, desta forma, está apresentado seu imposto diferido no passivo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo Atribuído (<i>Deemed Cost</i>)		
Imposto de renda.....	16.607	46.111
Contribuição social	5.979	16.600
Total.....	22.586	62.711

Durante o quarto trimestre de 2012 a Cremer Administradora de Bens Ltda., com anuência da Cremer S.A., realizou a venda de bens imóveis que resultaram na realização de R\$ 40.125 dos impostos diferidos passivos, anteriormente registrados a título de custo atribuído pela Empresa.

c) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	(14.863)	24.249	(60.377)	25.127
Alíquota básica.....	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota básica	5.053	(8.245)	20.528	(8.543)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Resultado com equivalência patrimonial	(1.091)	474	-	-
Despesas com plano de opções de ações	(850)	(325)	(850)	(325)
Juros s/Capital Próprio	1.947	2.092	1.948	2.092
Incentivos fiscais	68	132	70	149
Custo atribuído realizado no período	-	-	40.124	-
Provisão não dedutível permanente.....	-	-	(6.735)	-
Prejuízo fiscal de anos anteriores	-	-	3.889	-
Diferencial de alíquota de controladas no Lucro Presumido.....	-	-	(23.137)	-
Efeito dos impostos da Embramed anteriores a aquisição.....	-	-	15.431	-
Outras.....	(740)	262	(1.367)	139
Despesa de imposto de renda e contrib. social.....	4.387	(5.610)	49.901	(6.488)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1)	(3.761)	(4.094)	(5.992)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.388	(1.849)	53.995	(496)

A controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., em 2012, efetuou a apuração do imposto de renda e contribuição social pelo lucro presumido, e apurou imposto de renda e contribuição social a pagar de R\$ 3.473.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo e movimentação Controladora:

Controladora	Saldo líquido em 31/12/2011	Movimentação do Período			Saldo líquido em 31/12/2012
		Adições	Baixas Trans-ferência	Depreciação do Período	
Terrenos/benfeitorias	110	-	(110)	-	-
Máquinas e acessórios.....	56.552	2.067	6.998	(7.810)	57.807
Instalações	14.088	181	3.961	(2.320)	15.910
Móveis e utensílios.....	5.410	1.558	(58)	(744)	6.166
Veículos.....	954	68	(49)	(170)	803
Edifícios e dependências.....	416	-	(376)	(40)	-
Equips. para computação.....	4.276	771	(35)	(1.418)	3.594
Em andamento/adiantamento/Benf. em terceiro.....	18.611	4.426	(16.484)	(110)	6.443
Total.....	100.417	9.071	(6.153)	(12.612)	90.723

b) Composição do saldo e movimentação Consolidado:

Consolidado	Vida Útil (anos)	Saldo líquido em 31/12/2011	Movimentação do Período			Saldo líquido em 31/12/2012
			Adições(*)	Baixas Trans-ferência	Depreciação do Período	
Terrenos/benfeitorias.....	-	118.539	93	(118.539)	-	93
Máquinas e acessórios.....	11,1	59.328	4.831	8.258	(8.218)	64.199
Instalações	9,1	14.731	277	3.974	(2.441)	16.541
Móveis e utensílios	9,5	6.670	2.845	(154)	(1.278)	8.083
Veículos.....	8,3	986	153	(49)	(179)	911
Edifícios e dependências.....	36,1	85.660	1.967	(83.611)	(2.042)	1.974
Equips. para computação.....	2,7	4.325	1.114	(35)	(1.434)	3.970
Em andamento/adiantamento/Benf. em terceiro.....	-	20.170	5.048	(18.131)	(113)	6.974
Total.....	-	310.409	16.328	(208.287)	(15.705)	102.745

(*) Do montante total das adições, R\$ 5.723 refere-se as adições na aquisição das empresas Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda., Paraisoplex Ind. e Com. Ltda. e Ktorres Beneficiamento de Plásticos Ltda.

A Companhia em 31 de dezembro de 2012, efetuou análise de *impairment* dos seus ativos imobilizados relacionados a terrenos/benfeitorias e edifícios e dependências, identificou e contabilizou uma perda de recuperação no montante de R\$ 52.267, registrada sob a rubrica Outras Despesas Operacionais na demonstração do resultado do exercício de 2012. A desvalorização registrada pela provisão para *impairment*, deve-se a mudança de intenção da administração que alterou de valor de uso para valor de venda.

Adicionalmente, a Cremer Administradora de Bens Ltda. durante o exercício de 2012, alienou bens do ativo imobilizado (terrenos, benfeitorias e edificações), cujo valor de custo residual (após registro da provisão para perda acima mencionada), era R\$ 90.164, os quais foram alienados pelo valor total líquido de R\$ 87.086.

Estão vinculados, como garantia de processos judiciais (penhora ou hipoteca judicial), bens móveis e imóveis de propriedade da Companhia, no valor do custo contábil líquido da depreciação acumulada, no montante de R\$ 6.757.

13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição				
part. Societária	(a) 152.590	(64.536)	88.054	35.385
Softwares.....	17.698	(10.788)	6.910	6.285
Direitos autorais.....	51	(43)	8	18
Embramed	(b) 5.000	(5.000)	-	3.293
Targa.....	(c) 20.000	(6.140)	13.860	17.018
Marca Topz	(d) 16.831	(7.597)	9.234	16.831
Contratos Warner	(d) 2.624	(525)	2.099	2.624
Non Compete				
- Topz.....	(d) 9.089	(1.849)	7.240	9.089
Fundo de Comércio (d)	28.985	-	28.985	29.302
Non Compete				
- P. Simon.....	(e) 1.709	(163)	1.546	-
Non Compete				
- Outros	358	-	358	358
Total.....	254.935	(96.641)	158.294	119.935

continuação
b) Movimentação consolidada:

Consolidado	Custo do intangível bruto			Amortização acumulada			Líquido	
	Saldo em 31/12/2011	Adições (Baixas)	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Adições	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2012
Ágio na Aquisição Part. Societária (*).....	99.921	52.669	152.590	(64.536)	-	(64.536)	35.385	88.054
Softwares.....	15.897	2.125	18.022	(9.521)	(1.382)	(10.903)	6.375	7.119
Direitos autorais.....	51	-	51	(33)	(10)	(43)	18	8
Embramed.....	5.000	-	5.000	(1.707)	(3.293)	(5.000)	3.293	-
Targa.....	20.000	-	20.000	(2.982)	(3.158)	(6.140)	17.018	13.860
Marca Topz.....	16.831	-	16.831	-	(7.597)	(7.597)	16.831	9.234
Contratos Warner.....	2.624	-	2.624	-	(525)	(525)	2.624	2.099
Non Compete Topz.....	9.089	-	9.089	-	(1.848)	(1.848)	9.089	7.241
Fundo de Comércio.....	29.302	-	29.302	-	(317)	(317)	29.302	28.985
Non Compete P. Simon.....	-	1.709	1.709	-	(163)	(163)	-	1.546
Non Compete - Outros.....	-	358	358	-	-	-	-	358
Total.....	198.715	56.861	255.576	(78.779)	(18.293)	(97.072)	119.935	158.504

(*) No exercício de 2012, a Companhia gerou um ágio de R\$ 68.803 em participação societária das empresas adquiridas Embramed e Paraisoplex, sendo que também efetuou a baixa do ágio da CremerPar no montante de R\$ 16.134.

c) Ágio na aquisição de participações societárias

O ágio no montante de R\$ 88.054 foi gerado nas aquisições de participações majoritárias das Companhias P.Simon, Embramed, Paraisoplex e Ktorres, sendo o montante de R\$ 19.251 P.Simon, R\$ 67.750 Embramed, R\$ 1.011 Paraisoplex e R\$ 42 Ktorres (vide nota 9.a). O seu fundamento econômico é a rentabilidade futura das Companhias. À partir do 4º trimestre de 2011, o ágio da P.Simon passou a ser amortizado somente para efeitos fiscais, sendo que o prazo total para amortização será de 5 anos para fins de dedução da apuração do imposto de renda e contribuição social, não sendo amortizado contabilmente.

d) Contrato Embramed Indústria e Comércio Hospitalares Ltda.

A Companhia mantém com a Embramed, o contrato de preferencialidade na comercialização dos produtos pelo prazo de três anos, o qual encontravam-se registrado no intangível, no valor de R\$ 5.000. Com a aquisição da Embramed o ativo intangível de R\$ 5.000 (R\$ 2.561 líquido de amortização) foi baixado contra o resultado no terceiro trimestre de 2012 sob a rubrica de Outras Despesas Operacionais na demonstração do resultado.

e) Contrato Targa Ltda.

Em 14 de janeiro de 2011 a Companhia celebrou o segundo termo aditivo do contrato de distribuição de "luvas de procedimento" firmado em outubro de 2009 com a Targa Ltda., proprietária da marca Lemgruber. Pelos termos do aditivo, a Companhia pagou à Targa o valor de R\$ 20.000, que foi reconhecido como intangível e está sendo amortizado no prazo do contrato.

Nesta mesma data, também foi assinado um Instrumento de Opção de Subscrição de Ações em que a Targa emitirá em favor da Companhia um Bônus de Subscrição de Ações que vai assegurar à Companhia, entre outros direitos, a opção de subscrever e integralizar ações representativas de pelo menos 20% e não mais do que 40% do capital social da Targa após a subscrição. O Bônus de Subscrição de Ações vai prever uma avaliação da Targa de 5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses e poderá ser exercido entre os anos de 2014 e 2017.

f) Aquisição de ativos da Topz Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.

Em 03 de agosto de 2011 a Cremer S.A. firmou um Instrumento Particular de Compra e Venda de Ativos, Cessão de Direitos e Outras Avenças ("Contrato") para aquisição dos principais ativos operacionais da Topz Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., empresa que atua na fabricação e comercialização de produtos de higiene pessoal como cosméticos, algodões, hastes flexíveis, curativos, entre outros, sob as marcas Topz, Salvelox, Salvedep, entre outras. Pelos termos do Contrato, a Companhia pagou à Topz o montante de R\$ 72.807 pelos ativos adquiridos, conforme posição de 31 de agosto de 2011, como segue:

	R\$
Estoque.....	11.962
Imobilizado.....	3.316
Marca.....	16.831
Contrato não competição.....	9.089
Contrato Warner.....	2.624
Fundo de comércio.....	28.985
Total.....	72.807

A Companhia registrou no intangível conforme Laudo de Avaliação, nas rubricas Marca Topz, Contrato Warner, Non Compete e Fundo de Comércio, no montante de R\$ 57.846. Os

Cronograma de desembolsos em 31 de dezembro de 2012:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado						Custos de		Não		Total
	2013	Transações	Circulante	2014	2015	2016	2017	2018	Transações	Circulante	
Debêntures.....	58.996	(545)	58.451	50.000	50.000	50.000	-	-	(703)	149.297	207.748
FINEP.....	10.939	(720)	10.219	10.918	10.918	10.918	10.918	8.173	(2.180)	49.665	59.884
BNDES.....	5.656	(51)	5.605	4.443	4.443	3.726	3.214	-	(126)	15.700	21.305
ACC.....	3.183	-	3.183	-	-	-	-	-	-	-	3.183
FINIMP.....	10.280	-	10.280	-	-	-	-	-	-	-	10.280
EGF.....	1.503	-	1.503	-	-	-	-	-	-	-	1.503
Leasing.....	74	(16)	58	11	-	-	-	-	(3)	8	66
Total.....	90.631	(1.332)	89.299	65.372	65.361	64.644	14.132	8.173	(3.012)	214.670	303.969

Debêntures

Em 28 de junho de 2011, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com vencimento final em 27 de junho de 2016, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de junho de 2011. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

• Montante: R\$ 200.000;

• Datas: (a) emissão: 28 de junho de 2011 e (b) vencimento: 27 de junho de 2016;

• Amortização: em quatro parcelas iguais anuais, a partir do vigésimo quarto mês, contados da data de emissão;

• Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas com um spread de 1,50% ao ano (taxa efetiva CDI mais 1,81% ao ano - que inclui todas as despesas da transação), com base em 252 dias úteis,

continua

continuação
incidência sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

• Pagamento da Remuneração: 5 parcelas anuais, com vencimentos em junho de 2012 a junho de 2016.

FINEP

A Companhia possui um projeto aprovado junto ao FINEP denominado "Novo Paradigma para o Mercado Médico-Hospitalar Cremer Protegendo a Vida" no montante global de R\$ 80,7 milhões, onde R\$ 72,5 milhões serão financiados com recursos da FINEP e o valor restante de R\$ 8,2 milhões com recursos próprios.

No exercício de 2012, a Companhia recebeu a última parcela no montante de R\$ 10,7 milhões, sendo que no exercício de 2011, foram recebidas a segunda e a terceira parcela no montante de R\$ 36,9 milhões, e a primeira parcela no montante de R\$ 24,9 milhões foi recebida no exercício de 2010. A amortização deste financiamento ocorrerá em 101 meses, sendo a carência inicial de 20 meses, com juros de 4% a.a. (taxa efetiva 5,46% a.a., a qual inclui todas as despesas da transação). Em caso de inadimplência, a FINEP poderá solicitar o bloqueio de recursos da Companhia junto ao Banco Santander.

Obrigações da Companhia ("Covenants")

A Companhia obriga-se a observar algumas restrições referentes aos contratos de empréstimos e financiamentos dentre as mais importantes são:

- Manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA, calculado conforme determinado no contrato de dívida, igual ou menor a 3,0;
- Índice de cobertura de serviço da dívida, calculado conforme determinado no contrato da dívida, maior ou igual a 1,3 vezes;
- Aplicação dos recursos do financiamento aos fins pactuados no cronograma de desembolso;
- Cumprir a execução do projeto sem paralisação culposa;
- Não ter recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial, ressalvada a hipótese de protesto indevido e/ou devidamente justificado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está cumprindo todas as obrigações ("covenants") relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

15. FORNECEDORES

A Companhia adquire serviços e produtos nacionais e importados para serem processados ou revendidos, cujos saldos a pagar aos fornecedores, decorrentes dessas compras são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Materiais para revenda.....	22.719	6.100	22.719	6.100
Matérias-primas - nacionais	4.410	2.746	6.609	2.891
Materiais - importados	4.550	4.177	4.597	4.177
Embalagens.....	1.904	1.734	2.189	1.749
Materiais gerais - manutenção	4.790	5.770	5.998	6.544
Transportes	4.574	3.546	4.601	3.551
Energia elétrica.....	1.739	1.582	1.759	1.651
Outros.....	5.081	4.822	5.239	4.680
Total	49.767	30.477	53.711	31.343

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia, são: algodão, certos produtos químicos, embalagens e diversos produtos para revenda.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante:				
Parcelamento de impostos:				
PAES.....	447	864	447	864
REFIS 4	-	308	-	308
Impostos correntes:				
Estaduais/Municipais	1.893	2.827	2.529	2.853
Federais.....	807	788	7.204	1.646
Total do circulante.....	3.147	4.787	10.180	5.671

Não Circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Parcelamento de impostos:				
PAES.....	-	432	-	432
Total do não circulante.....	-	432	-	432
Total	3.147	5.219	10.180	6.103

PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES (Contribuições Previdenciárias):

Abaixo demonstramos a composição dos saldos da Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Principal.....	3.906	3.906
Multa.....	468	468
Juros.....	1.226	1.226
Total de débitos fiscais incluídos no PAES	5.600	5.600
Redução de 50% das multas.....	(273)	(273)
Débitos consolidados	5.327	5.327
Pagamentos	(6.989)	(6.125)
Juros pela TJLP.....	2.109	2.094
Total a pagar.....	447	1.296
Saldo a pagar no circulante.....	447	864
Saldo a pagar no não circulante.....	-	432

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários (PAES), como facultado pela Lei 10.684/03. O pagamento está sendo realizado em 120 meses e as parcelas são atualizadas monetariamente com base na TJLP, tendo início em julho de 2003. Não foram oferecidos bens em garantia das obrigações assumidas.

A Companhia aderiu ao Refis 4 - Lei 11.941/09, por conta de uma notificação fiscal do INSS

que estava sendo discutida judicialmente. Em junho de 2011, ocorreu a consolidação do parcelamento, após homologação junto à Receita Federal do Brasil, sendo o total do débito de R\$ 2.583, parte deste valor foi compensado com prejuízos fiscais próprios que totalizaram R\$ 1.024, outros R\$ 826 foram pagos antecipadamente no período entre a adesão ao programa e a consolidação da dívida. O saldo remanescente de R\$ 733 foi totalmente pago em abril de 2012.

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em vários procedimentos administrativos e judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, resultantes do curso normal dos negócios. Apoiados na opinião de advogados e consultores legais, a Administração acredita que as provisões constituídas para processos litigiosos são suficientes para cobrir potenciais perdas no caso de uma decisão judicial desfavorável.

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Abertura e movimentação do saldo das provisões para contingências, é apresentado como segue:

Controladora	31/12/2011	Provisões	Baixas	Encargos	31/12/2012
Tributárias.....	1.784	-	-	150	1.934
Trabalhistas	1.218	926	(1.223)	101	1.022
Cíveis.....	3.175	809	(145)	269	4.108
Total	6.177	1.735	(1.368)	520	7.064
Consolidado	31/12/2011	Provisões	Baixas	Encargos	31/12/2012
Tributárias.....	5.591	21.651	-	150	27.392
Trabalhistas	1.406	5.838	(1.223)	108	6.129
Cíveis.....	3.175	809	(145)	269	4.108
Total	10.172	28.298	(1.368)	527	37.629

A abertura e movimentação do saldo dos depósitos judiciais, é apresentado como segue:

Controladora	31/12/2011	Depósitos	Baixas	Encargos	31/12/2012
Tributárias.....	2.820	-	-	180	3.000
Trabalhistas	631	33	(6)	-	658
Cíveis.....	627	56	(234)	30	479
Total	4.078	89	(240)	210	4.137
Consolidado	31/12/2011	Depósitos	Baixas	Encargos	31/12/2012
Tributárias.....	2.928	33	-	180	3.141
Trabalhistas	655	33	(6)	-	682
Cíveis.....	692	56	(234)	30	544
Total	4.275	122	(240)	210	4.367

Contingências Tributárias

As contingências provisionadas são compostas pelos processos a seguir relacionados:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Encargos previdenciários (INSS) ...	(a)	801	738	801	738
ICMS Substituição Tributária.....	(b)	1.134	1.046	1.134	1.046
IPI - Alíquota zero	(c)	-	-	3.935	3.620
PIS.....	(d)	-	-	198	187
Embramed	(f)	-	-	21.326	-
Subtotal Contingências.....		1.935	1.784	27.394	5.591
Depósitos judiciais.....		(715)	(671)	(821)	(779)
Depósito Judicial - PAES.....	(e)	(2.285)	(2.149)	(2.285)	(2.149)
Total		(1.064)	(1.036)	24.288	2.663

Refere-se:

(a) À compensação de valores pagos pela Companhia a título de multa em denúncias espontâneas de débitos previdenciários. A Companhia entende que tais pagamentos não eram devidos e compensou-os em posteriores pagamentos de encargos previdenciários. A compensação não foi acatada pelo INSS e a Companhia foi autuada. Foi proposta ação anulatória de débito fiscal e, em medida cautelar, a Companhia depositou judicialmente o valor reclamado pelo INSS. O valor nominal do depósito judicial é de R\$ 439 (R\$ 801 atualizado). Foi proferida sentença de parcial procedência do pedido e o processo aguarda julgamento dos Embargos de Declaração interposto pela Companhia.

(b) Débitos de ICMS Substituição Tributária do período de 05/95 a 11/98, exigido pelo Estado de Pernambuco, que não acatou compensações e recolhimentos nos moldes praticados pela Companhia. A notificação envolve os seguintes pontos: (i) crédito decorrente de devoluções de mercadorias apropriado em conta gráfica, quando a Fazenda entende que deveria ser aproveitado apenas mediante emissão de nota fiscal de ressarcimento; (ii) crédito tomado para estornar imposto de vendas efetuadas a cliente, que posteriormente alegou tratar-se de insumo para industrialização (onde não há destaque de ST); (iii) créditos de operações realizadas com clientes que posteriormente alegaram suspensão de imposto em virtude de liminares ou regimes especiais (não reconhecidos pela Fazenda); (iv) imposto recolhido a maior por erro de soma; (v) utilização de valores pagos a título de multa em recolhimentos espontâneos para quitação de ICMS de competências posteriores; e (vi) diferenças cobradas pelo fato da empresa ter recolhido o imposto na competência da efetiva saída da mercadoria e não da emissão da NF. A Companhia apresentou embargos à execução fiscal através de Carta Precatória. Contudo, quando da devolução da referida ordem, a garantia oferecida não foi acatada pela Fazenda do Estado de PE. Por tal motivo, a empresa em 30 de setembro de 2011, substituiu os bens penhorados por uma Carta Fiança, a qual foi aceita pela Fazenda do Estado de PE.

(c) Créditos de IPI sobre matérias-primas utilizadas na fabricação de produtos. A controlada Plásticos Cremer requereu o reconhecimento do direito ao crédito proveniente da aquisição de produtos intermediários e materiais de embalagens tributados, destinados à industrialização de produtos com incidência de alíquota zero de IPI. Em agosto de 2009 o STF proferiu decisão desfavorável à controlada. Em dezembro de 2009, a Receita Federal notificou a controlada no

continuação
montante de R\$ 2.500. Como a compensação dos créditos ocorreu até dezembro de 2004, antes de trânsitos em julgado, e não houve constituição de crédito pelo Fisco, os assessores jurídicos da Companhia entendem que a dívida foi afetada pela prescrição e decadência. A Receita Federal indeferiu o pleito da Companhia, que impetrou mandado de segurança e recurso especial no STJ que aguarda julgamento. Por essa razão, conservadoramente, a Administração decidiu manter registrado o montante notificado.

(d) PIS Semestralidade. Trata-se da exigência de valores relativos ao PIS relativos aos anos de 1990-1996, 1999-2000. Parte dos valores notificados se referem a compensações efetuadas com créditos decorrentes de valores pagos a maior por conta do PIS Semestralidade. A controlada Plásticos Cremer impetrou Mandado de Segurança para reconhecer: (i) o direito de apurar o PIS no período de janeiro de 1989 a setembro de 1995, pela aplicação da alíquota de 0,75%, incidente apenas sobre o faturamento, excluídas as demais receitas, e adotando como base de cálculo o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária; (ii) compensar os valores indevidamente recolhidos a título de PIS com parcelas vincendas de PIS e COFINS; e (iii) aplicar sobre o crédito a correção monetária. Com relação ao referido crédito, a ação foi julgada procedente. A outra parte lançada se refere a diferenças decorrentes do alargamento da base de cálculo do PIS, previsto na Lei nº 9.718/98, em relação a qual a empresa também possui decisão judicial favorável transitada em julgado (MS 99.2001140-1). Contudo, o julgamento na esfera administrativa não reconheceu, até a presente data, as decisões mencionadas, motivo pelo qual a Companhia decidiu manter registrados os valores, que ainda são objeto de discussão na esfera administrativa.

(e) Depósito Judicial PAES. Durante o 3º trimestre de 2011, a Companhia efetuou depósito judicial no montante de R\$ 2.111. Em dezembro de 2009, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5002307.54.2010.404.7205, visando discutir a utilização de prejuízos fiscais e base negativa adquiridos de terceiros, os quais haviam sido negados pela Secretaria da Receita Federal. Obteve decisão favorável em primeiro grau, acarretando Apelação por parte da União. Com o julgamento da Apelação pelo TRF da 4ª Região, houve reforma do julgado. Tal decisão acarretaria a cobrança de parcelas consideradas atrasadas no âmbito do PAES. Desta forma, a Companhia efetuou o depósito do alegado saldo devedor, a fim de evitar sua exclusão do PAES e os procedimentos fiscais relacionados à cobrança dos valores.

(f) O incremento no valor consolidado das provisões foi, principalmente, originado de potenciais contingências de natureza cível, fiscal e trabalhista registradas pela empresa controlada Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda., adquirida pela Companhia em 11 de julho de 2012. Conforme requerido no CPC 15 - Combinação de Negócios (vide nota 09) foram provisionadas além das contingências prováveis, passivos contingentes assumidos na combinação de negócios de obrigação presente que surgiram de eventos passados.

A Companhia, durante o segundo semestre de 2010, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração, o qual é objeto de discussão administrativa, que apontou algumas exigências fiscais que estão divididas em três matérias apresentadas a seguir:

- Glosa de despesas relativas a amortizações de ágio;
- Glosa de despesas financeiras relativas ao contrato de empréstimo contraído junto ao ABN Amro Bank, por, supostamente, não poderem ser consideradas despesas necessárias à sua atividade operacional; e
- Em razão das supostas infrações 'i' e 'ii', exigência de multa e juros isolados sobre as diferenças nos recolhimentos de antecipações de IRPJ e CSLL.

Os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que a probabilidade de êxito nos itens "i" e "ii" é possível e que o item "iii" é provável e, baseado em seus pareceres, a Companhia deixou de constituir provisão para esse processo.

Contingências Trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como reclamadas em diversas questões trabalhistas, movidas por colaboradores, ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se a pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS, indenização por danos morais e materiais e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Em 31 de dezembro de 2012 são mantidos depósitos judiciais relativos a contingências trabalhistas, nos montantes R\$ 658 na controladora e R\$ 682 no consolidado.

Contingências Cíveis

A Companhia e sua controlada, Plásticos Cremer S.A., figuram como requeridas em várias ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e tem por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. A Companhia também possui passivo judicial relativo a cobrança de verbas relacionadas à rescisão de contratos, algumas delas já reconhecidas por decisão judicial, tendo sido interpostos os recursos cabíveis. Desta forma, por entender que os fatores de risco associados a diversos processos indicam necessidade de provisão, a Companhia provisionou referidas verbas em seu balanço, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, importa em R\$ 4.108 (R\$ 3.175 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia possui R\$ 479 de depósitos judiciais (R\$ 544 no consolidado), para cobrir eventuais processos que estão sendo discutidos judicialmente.

Perda Possível - O valor total das contingências consideradas como perdas possíveis e que não foram objeto de provisionamento, além do auto de infração citado anteriormente, estão distribuídas nas áreas tributárias, cíveis e trabalhistas, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 65.969 (R\$ 60.388 em 31 de dezembro de 2011).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, modificou-se através das seguintes mutações, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>(R\$ mil)</u>	<u>Qtde de Ações</u>
Em 31 de dezembro de 2011	78.086	32.225.862
Aumento de Capital com exercício das opções de compra de ações em 30/01/2012	1.297	104.478
Aumento de Capital com exercício das opções de compra de ações em 30/04/2012	1.600	159.721

	<u>(R\$ mil)</u>	<u>Qtde de Ações</u>
Aumento de Capital com exercício das opções de compra de ações em 30/07/2012	1.976	167.942
Aumento de Capital com exercício das opções de compra de ações em 29/10/2012	1.558	106.251
Em 31 de dezembro de 2012	<u>84.517</u>	<u>32.764.254</u>

b) Política de distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 35% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária.

O Estatuto Social faculta à Companhia levantar balanços semestrais e intermediários e, com base nestes, distribuir dividendos mediante aprovação pelo Conselho de Administração. Demonstramos abaixo o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício.....	(10.476)	18.639
Dividendos obrigatórios (35% conforme estatuto social)	-	6.524
Juros s/Capital Próprio declarados (não atribuído a dividendos) ..	5.730	-
Juros s/Capital Próprio declarados (atribuído a dividendos).....	-	6.152
Dividendos a serem propostos na AGO	-	372
Percentual sobre a base de cálculo	-	2,00%

c) Capital Autorizado

O artigo sexto do estatuto social prevê que a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, no limite de mais 18.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O saldo remanescente de ações da Companhia para novas emissões, em 31 de dezembro de 2012, é de 17.461.608 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Dentro desse limite, a Companhia, mediante autorização do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, poderá aumentar o seu capital social. Ao Conselho de Administração cabe fixar a quantidade, preço, prazo de integralização e demais condições de emissão de ações.

d) Reservas de Capital

Refere-se ao saldo do ágio constituído na operação da oferta pública de ações realizada pela Companhia no ano de 2007. Em 2012 a Companhia registrou neste grupo de contas a baixa de ágio na incorporação da CremerPar no montante de R\$ 10.649 mil líquido de imposto de renda diferido.

e) Ajuste Avaliação Patrimonial

Refere-se a diferença entre o custo original e o custo atribuído "Deemed Cost" de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 60.769 (R\$ 145.707 em 31 de dezembro de 2011). A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens que é transferida para a conta Lucros Acumulados no grupo do Patrimônio Líquido. Durante o exercício de 2012 a Companhia e sua controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., alienaram bens de seus ativos imobilizados no valor líquido de R\$ 87.086.

19. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e a controlada, Plásticos Cremer S.A., em 1º de outubro de 2005, firmaram contrato de adesão aos Planos Geradores de Benefícios Livres, ou PGBL, instituídos pela Real Vida e Previdência S.A. Trata-se de um plano coletivo de previdência complementar, do tipo contribuição definida, que permite a adesão de todos os colaboradores da Companhia. O custeio desse plano se dá mediante o aporte de contribuições da Companhia e dos participantes. Eventuais riscos atuariais são de responsabilidade da Real Vida e Previdência S.A. O custo das contribuições das instituidoras, repassadas durante os doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 187 (R\$ 218 em 2011).

20. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas que compõem o resultado financeiro são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras	13.269	14.192	16.035	14.861
Juros.....	9.760	11.588	10.305	12.181
Variações cambiais.....	2.994	2.087	3.072	2.083
Descontos obtidos.....	261	383	2.397	446
Outras.....	254	134	261	151
Despesas financeiras	(35.790)	(35.350)	(32.173)	(35.558)
Juros.....	(27.175)	(30.668)	(23.095)	(30.391)
Variações monetárias/cambiais.....	(4.741)	(2.714)	(5.074)	(3.130)
Impostos	(39)	(345)	(53)	(350)
Outras.....	(3.835)	(1.623)	(3.951)	(1.687)
Total líquido	<u>(22.521)</u>	<u>(21.158)</u>	<u>(16.138)</u>	<u>(20.697)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas realizaram, até 31 de dezembro de 2012, operações com características de instrumentos financeiros na forma definida pelos CPC's 38 a 40.

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e equivalentes de caixa - As aplicações financeiras possuem característica de equivalentes a caixa, pois são de curto prazo, têm liquidez imediata, são conversíveis em um montante conhecido de caixa e não possuem risco relevante de variação de saldo.

Financiamentos e empréstimos - Os valores foram determinados utilizando-se as taxas de juros fixadas junto aos credores, as quais são significativamente semelhantes ao valor de mercado, consideradas as condições e a natureza dessas operações.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens. Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura é assim demonstrada:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada
Instalações fabris, administrativa e centros de distribuição	Danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	70.000
Instalações fabris, administrativa e centros de distribuição	Roubo de conteúdo	100
Lucros cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	30.000
Responsabilidade civil	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	20.000
Fraudes corporativas	Danos causados por atos fraudulentos cometidos por empregados ou por empregados em conluio com terceiros	5.000
Responsabilidade civil	Danos financeiros involuntários causados por administradores	50.000

23. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em 28 de abril de 2011 a Assembleia Geral aprovou dois novos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia: o Plano Especial de Opções de Compra de Ações e o Plano Básico de Opções de Compra de Ações, todos em conjunto ("Planos de Opções"). Estes Planos de Opções contemplam um máximo de 1.680.000 opções de compra de ações ("Opção de Compra" ou "Opções de Compra"), que serão outorgadas dentro de programas de outorga distintos, denominados "Programa Especial" e "Programa Anual".

Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permitirá ao Beneficiário o direito de subscrever uma ação da Companhia. O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, em cada outorga de Opção de Compra, aplicar um desconto de até 40% no Programa Anual e de até 50% no Programa Especial sobre o valor resultante da média ponderada das cotações antes mencionada.

As regras dos Planos de Opções propõem que as Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação pelo Conselho de Administração.

No Programa Especial foi fixado o seguinte prazo de carência para o exercício de Opções de Compra:

Prazos de Carência	Percentual de Opções de Compra Exercíveis*
Antes de 90 dias (inclusive)	Zero
Após 90 dias	25%
Após 180 dias	50%
Após 270 dias	75%
Após 360 dias	100%

Resumo de cada Programa de Opções de Ações:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Precificação (variação) "Black & Scholes"	Prazo de carência a partir	Quantidade			Saldo em 31/12/2012
				Opções Outorgadas	Opções Exercidas	Opções Canceladas	
2007.....	17,50	R\$ 8,37 a R\$ 11,44	18/06/09	801.590	(307.190)	(430.500)	63.900
2008.....	13,94	R\$ 5,01 a R\$ 7,38	12/05/10	469.000	(57.580)	(369.231)	42.189
2009.....	7,53	R\$ 3,82 a R\$ 5,38	15/05/10	785.000	(631.300)	(87.033)	66.667
2010.....	15,99	R\$ 7,05 a R\$ 7,85	19/04/11	605.000	-	(320.000)	285.000
2011 - Básico.....	11,76	R\$ 5,33 a R\$ 5,85	01/07/12	122.500	-	(31.667)	90.833
2011-Especial 1ª Outorga.....	7,84	R\$ 4,39 a R\$ 8,87	29/10/11	447.500	(349.062)	(98.438)	-
2011-Especial 2ª Outorga.....	7,84	R\$ 8,69 a R\$ 8,81	30/03/12	78.750	(19.687)	(19.688)	39.375
2012 - Básico 1ª Outorga.....	13,14	R\$ 4,74 a R\$ 5,50	03/07/15	213.750	-	(22.500)	191.250
2012 - Básico 2ª Outorga.....	13,14	R\$ 4,74 a R\$ 5,50	03/07/15	33.333	-	(8.333)	25.000
2012 - Especial.....	10,51	R\$ 4,10 a R\$ 4,64	30/10/12	82.500	-	(23.437)	59.063
TOTAL.....				<u>3.638.923</u>	<u>(1.364.819)</u>	<u>(1.410.827)</u>	<u>863.277</u>

Considerando o exercício integral das Opções de Compra outorgadas nos Programas de Opções de Compra, os efeitos no valor patrimonial da ação e o percentual de redução de participação societária dos acionistas, em 31 de dezembro de 2012, seriam os seguintes:

Valor do Patrimônio Líquido em 31/12/2012.....	286.391
Quantidade de ações em 31/12/2012 - milhares de ações.....	32.764
Valor patrimonial da ação em 31/12/2012.....	8,74
Considerando o exercício integral das opções em 31/12/2012:	
Valor do Patrimônio Líquido.....	286.391
Opções outorgadas do Programa Anual 2007 (63,9 opções).....	1.118
Opções outorgadas do Programa Anual 2008 (42,2 opções).....	588
Opções outorgadas do Programa Anual 2009 (66,7 opções).....	-
Opções outorgadas do Programa Anual 2010 (285,0 opções).....	4.489
Opções outorgadas do Programa Anual 2011 - Básico (90,8 opções).....	1.068
Opções outorgadas do Programa Anual 2011 - Especial 1ª Outorga (0,0 opções).....	-
Opções outorgadas do Programa Anual 2011 - Especial 2ª Outorga (39,4 opções).....	309
Opções outorgadas do Programa Anual 2012 - Básico 1ª Outorga (191,2 opções).....	2.512
Opções outorgadas do Programa Anual 2012 - Básico 2ª Outorga (25,0 opções).....	329
Opções outorgadas do Programa Anual 2012 - Especial (59,1 opções).....	621
Valor do Patrimônio Líquido com as Opções outorgadas.....	297.425
Quantidade - milhares de ações (32.658 + 63,9 + 42,2 + 66,7 + 285,0 + 90,8 + 39,4 + 191,2 + 25,0 + 59,1).....	33.521
Valor Patrimonial da ação.....	8,87
% de redução da participação societária dos atuais acionistas.....	2,26%
Durante o exercício de 2012, foram exercidas 538.392 opções de ações sendo o total de novas ações emitidas, as quais foram subscritas e integralizadas, aumentando o capital social em R\$ 6.431.	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia registrou, sob a rubrica de “despesa administrativa”, na demonstração de resultados, o valor de R\$ 2.501 (R\$ 2.800 no mesmo período de 2011), relativo à apropriação dos custos desses Programas. Ao mesmo tempo, o saldo no seu Patrimônio Líquido é de R\$ 3.634 (R\$ 4.295 em 31 de dezembro de 2011), relativo às obrigações estimadas para fazer frente ao provável exercício do saldo das opções.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

O CPC 22 e o IFRS 8 - Informações por Segmento requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho de Administração, principais tomadores de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em hospitalar, consumo, odontológico, industriais e outros segmentos para saúde. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Hospitalar - negócios realizados com hospitais, clínicas, laboratórios e concorrência pública.
- Consumo - negócios realizados com distribuidores, grandes redes, farmácias, armazéns, lojas de produtos para bebês e supermercados.
- Odontológico - negócios realizados com dentistas e clínicas dentárias, e linhas de produtos para veterinário.
- Outros segmentos para Saúde - negócios realizados com exportações e produtos plásticos para saúde.
- Industriais - venda de produtos destinados ao uso industrial. As principais linhas atendidas são: calçadista, eletroeletrônicos e automotiva.
- Outros - composto basicamente por negócios imobiliário.

	31/12/2012						
	Hospitalar	Consumo	Odontológico	Industriais	Outros Segmentos para a Saúde	Outros	Total
Receita Líquida de vendas	302.283	125.026	40.445	51.254	11.932	87.086	618.026
Custo dos produtos vendidos	(214.478)	(69.134)	(25.992)	(35.398)	(8.289)	(90.164)	(443.455)
Lucro Bruto	87.805	55.892	14.453	15.856	3.643	(3.078)	174.571
Despesas com Vendas	(46.126)	(36.745)	(10.936)	(6.897)	(1.068)	-	(101.772)
Despesas Gerais e Administrativas	(22.168)	(8.590)	(2.745)	(3.166)	(807)	-	(37.476)
Outros Resultados Operacionais	(11.931)	(4.922)	(1.909)	(1.717)	(241)	(58.842)	(79.562)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	7.580	5.635	(1.137)	4.076	1.527	(61.920)	(44.239)
Depreciação, amortização	12.659	6.194	1.200	2.233	1.096	-	23.382
Ativos	376.459	155.705	50.370	63.831	14.860	108.456	769.680
Passivos	239.676	99.131	32.068	40.639	9.461	69.049	490.024

	31/12/2011						
	Hospitalar	Consumo	Odontológico	Industriais	Outros Segmentos para a Saúde	Outros	Total
Receita Líquida de vendas	270.270	98.055	30.598	51.383	7.455	7.455	457.761
Custo dos produtos vendidos	(189.097)	(57.556)	(19.003)	(35.590)	(5.754)	(5.754)	(307.000)
Lucro Bruto	81.173	40.499	11.595	15.793	1.701	1.701	150.761
Despesas com Vendas	(33.550)	(22.087)	(9.669)	(6.154)	(640)	(640)	(72.100)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.575)	(8.827)	(2.636)	(4.081)	(661)	(661)	(39.780)
Outros Resultados Operacionais	4.182	1.692	346	628	95	95	6.943
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	28.230	11.277	(364)	6.186	495	495	45.824
Depreciação, amortização	10.748	4.450	890	3.157	436	436	19.681
Ativos	465.234	168.789	52.670	88.449	12.833	12.833	787.975
Passivos	287.672	104.368	32.568	54.691	7.935	7.935	487.235

As exportações representam 1,33% da receita bruta em 2012 (1,39% em 2011).

25. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta	674.846	568.065	778.844	589.941
Receita de venda de produtos	674.846	568.065	688.459	589.941
Receita de venda de imóveis	-	-	90.385	-
Deduções	(153.745)	(128.205)	(160.818)	(132.180)
(-) Impostos	(133.915)	(116.478)	(140.696)	(120.006)
(-) Impostos s/vendas de produtos	(133.915)	(116.478)	(137.095)	(120.006)
(-) Impostos s/vendas de imóveis	-	-	(3.601)	-
(-) Abatimentos/Devoluções	(19.830)	(11.728)	(20.122)	(12.174)
Receita Líquida	<u>521.101</u>	<u>439.860</u>	<u>618.026</u>	<u>457.761</u>

No Consolidado a companhia apresenta na receita bruta o valor da venda de imóveis no montante de R\$ 90.385 e na receita líquida R\$ 87.086 (em 2011 não ocorreram operações de venda de imóveis).

26. DESPESA POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo das Mercadorias Vendidas	355.334	298.589	443.455	307.000
Despesas com Vendas	102.439	70.089	101.772	72.100
Despesas Gerais e Administrativas	33.358	35.700	37.476	39.780
Total	<u>491.131</u>	<u>404.378</u>	<u>582.703</u>	<u>418.880</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo Matéria-prima e revendas	249.143	214.721	233.374	222.725
Despesas com pessoal	94.477	80.107	105.715	84.420
Energia Elétrica	14.227	13.851	14.955	14.498
Depreciação	22.934	15.875	26.332	19.921
Serviços de terceiros	34.805	31.922	37.204	33.462
Despesas de fretes	29.400	20.937	29.931	21.597
Comunicação	3.751	3.178	3.777	3.282
Despesas com comercialização	5.188	2.061	5.404	2.312
Despesas com propaganda	9.597	6.110	9.599	6.117
Custo revenda imóveis	-	-	90.164	-
Outras	27.609	15.616	26.248	10.546
Total	<u>491.131</u>	<u>404.378</u>	<u>582.703</u>	<u>418.880</u>

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Alienação de intangível	2.700	-	2.700	-
Custo na baixa de imóveis	(4.833)	-	(10.939)	-
Recuperação de tributos	513	7.527	513	7.527
Reversão/provisão contingências	(385)	(342)	(385)	(342)
Despesa com indenizações / reestruturação	(4.120)	(1.056)	(4.685)	(1.056)
Despesas com processos	(683)	(249)	(683)	(249)
Impairment intangível	(7.597)	-	(7.597)	-
Impairment imobilizado	-	-	(52.267)	-
Provisão para perda com estoque	(4.397)	-	(5.686)	-
Aluguéis	240	(443)	240	(443)
Outras receitas (despesas)	(544)	533	(773)	1.506
	<u>(19.106)</u>	<u>5.970</u>	<u>(79.562)</u>	<u>6.943</u>

A Companhia no quarto trimestre de 2012, efetuou análise de *impairment* dos seus ativos imobilizados e intangíveis, identificando uma perda de recuperação no montante de R\$ 59.864, sendo R\$ 52.267 em seus Terrenos/Benfeitorias e Edifícios e dependências e R\$ 7.597 em Marcas.

Ao final do quarto trimestre de 2012, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 4.685 para a reestruturação em seu quadro de funcionários, reduzindo em 12% para adequar a realidade do mercado. Foi registrada uma provisão de R\$ 2.200 na rubrica de passivo circulante.

28. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação mais potenciais conversões de opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculadas às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Básico		
Lucro (Prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	(10.476)	18.639
Média ponderada de ações ordinárias	32.663	32.132
Lucro (Prejuízo) por ação - Básico	(0,3207)	0,5801
Diluído		
Lucro (Prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	(10.476)	18.639
Média ponderada de ações ordinárias	32.663	32.132
Mais:		
Potencial de incremento nas ações ordinárias em função de opções de ações	895	2.886
Total	33.558	35.018
Lucro (Prejuízo) por ação - Diluído	(0,3122)	0,5323

29. OBJETIVO E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 a CPC 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	110.303	163.051
Clientes	74.137	64.553
Partes relacionadas - Ativo	176	111
Fornecedores	(49.767)	(30.477)
Partes relacionadas - Passivo	-	(8.951)
Empréstimos e Debêntures - Circulante e não circulante	(303.969)	(340.464)
	(169.120)	(152.177)

O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta, os quais são: a) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia

Conselho de Administração	
Luiz Serafim Spinola Santos - Presidente	
Pedro de Andrade Faria - Vice-Presidente	
Membros do Conselho	
José Alexandre Carneiro Borges	Pedro Junqueira Moll
Philip Vicent Reade	Eduardo Fontana d'Avila
Marcus Robertson Paiva	
Diretoria	
José Alexandre Carneiro Borges - Diretor Presidente e de Relações com Investidores	
Leonardo Almeida Byrro - Diretor Vice-Presidente de Negócios	
André Augusto Spicciati Pacheco - Diretor Hospitalar	
Ivo Stolf - Contador - CRCSC - 14345/O8	

monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. No exercício de 2012 foram efetuadas vendas para mais de 47 mil clientes individuais e o maior cliente representou 1,89% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisões para créditos de liquidação duvidosa. b) Risco de Liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na nota 14 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados. c) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: i) risco de taxa de juros, ii) risco cambial e iii) risco de preço relativo às suas ações. d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A exposição cambial é de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber	1.197	1.511	1.248	1.555
Fornecedores	(4.550)	(4.177)	(4.597)	(4.177)
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	(3.183)	(4.909)	(3.183)	(4.909)
Empréstimos FINIMP	(10.280)	(8.439)	(10.280)	(8.439)
Exposição líquida	(16.816)	(16.014)	(16.812)	(15.970)

e) Gestão do Capital Social: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em fevereiro de 2013, a Companhia assinou um novo aditivo ao contrato de distribuição onde simplificou a relação comercial com a Targa. Além do aditivo assinado, a Companhia abdicou o direito ao Bônus de Subscrição, previamente descrito na nota 13e.

Conselho Fiscal	
Reginaldo Ferreira Alexandre - Presidente	
Membros do Conselho	
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	Caroline Miranda Ebel
Parecer do Conselho Fiscal	
O Conselho Fiscal da Cremer, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, reunido em 18 de março de 2013, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes da Ernst & Young Terco, datado de 18 de março de 2013, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.	
Reginaldo Ferreira Alexandre - Presidente	
Caroline Miranda Ebel - conselheira	Paulo Caio Ferraz de Sampaio - conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Cremer S.A.** - Blumenau, SC
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cremer S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acre-

ditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cremer S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cremer S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cremer S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 18 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP 015.199/O-6 S-SC

Marcos Antonio Quintanilha
Contador
CRC-1SP132776/O-3-T-SC